

# BRASIL PERDE QUASE MEIO TRILHÃO PARA MERCADO ILEGAL

Levantamento do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade mapeia os prejuízos com o crime

APRESENTADO POR:



O mercado ilegal avança no Brasil. Em 2023, o país perdeu cerca de R\$ 441 bilhões com o crime, de acordo com o balanço do FNCP (Fórum Nacional contra a Pirataria e a Ilegalidade). Um acréscimo de 7,5% sobre o ano anterior (R\$ 410 bi). Desde 2014, os prejuízos quadruplicaram — eram estimados em R\$ 100 bilhões.

Os números representam as perdas consolidadas de 15 setores da economia brasileira (R\$ 302 bilhões), adicionadas do montante que deixou de entrar nos cofres públicos em impostos (R\$ 139 bilhões). Vestuário, bebidas e combustíveis lideram a lista da ilegalidade. Já o cigarro, além de registrar perdas enormes, é o produto mais apreendido pela Receita Federal.

Para o FNCP, o mercado ilegal não só reduz a rentabilidade dos setores atingidos, como a competitividade da indústria nacional. Empresas ilegais deixam de pagar impostos, o produto ilegal fica mais barato, criando uma concorrência nefasta, que veda a arrecadação de maior volume de tributos e prejudica a geração de empregos formais e renda para o brasileiro.

“É um crescimento contínuo, acelerado. Mais de quatro vezes nesses dez anos. Por isso, é importante uma estratégia mais ampla, que envolva não só o setor produtivo, mas também os governos para combater esse avanço que lesa toda a sociedade brasileira”, explica Edson Vismona, presidente do FNCP.

## Imposto alto favorece mercado ilegal

Segundo Vismona, a prioridade do FNCP é chamar a atenção da sociedade brasileira e dos poderes constituídos para a necessidade de iniciativas que possam alterar esse quadro. Pois quem está por trás do mercado ilícito é o crime organizado, que se financia da atividade. No Rio de Janeiro, por exemplo, a milícia e o jogo do bicho têm o controle da máfia de cigarros, impondo as marcas ilegais aos comerciantes locais e alimentando a violência na região. Em São Paulo, uma série de investigações policiais apontam que o contrabando de cigarros é uma fonte de renda importante para o PCC (Primeiro Comando da Capital).

Os sinais alarmantes levam o FNCP a reiterar, principalmente ao Congresso Nacional — prestes a concluir a reforma tributária com a possibilidade de aumento de alguns impostos — que a carga tributária já elevada é um dos motivos principais a alimentar o mercado ilegal. O imposto mais alto encarece os produtos, como o cigarro, e o consumidor tende a migrar para o ilegal, que é mais barato e ganha em fatia de mercado, em uma relação perversa. “Todas as experiências do passado recente mostram que a elevação de tributos resultou em crescimento do contrabando e queda de arrecadação por parte do governo”, alerta.

## 0 mais apreendido

Dados da pesquisa “Impactos do mercado ilegal de cigarros no Brasil”, do Ipec, de 2023, revelaram que a cada 100 cigarros comercializados no país, 36 eram ilegais. O volume de cigarros ilícitos que circulou ano passado pelo Brasil foi estimado em 39 bilhões de unidades.

Estima-se que, por conta da fabricação e vendas ilícitas, o Tesouro Nacional deixou de arrecadar cerca de R\$ 100 bilhões nos últimos 11 anos. O FNCP aponta ainda que o negócio é tão vantajoso para o crime, que há organizações criminosas fabricando no Brasil verdadeiras cópias

das marcas mais contrabandeadas de cigarros paraguaios.

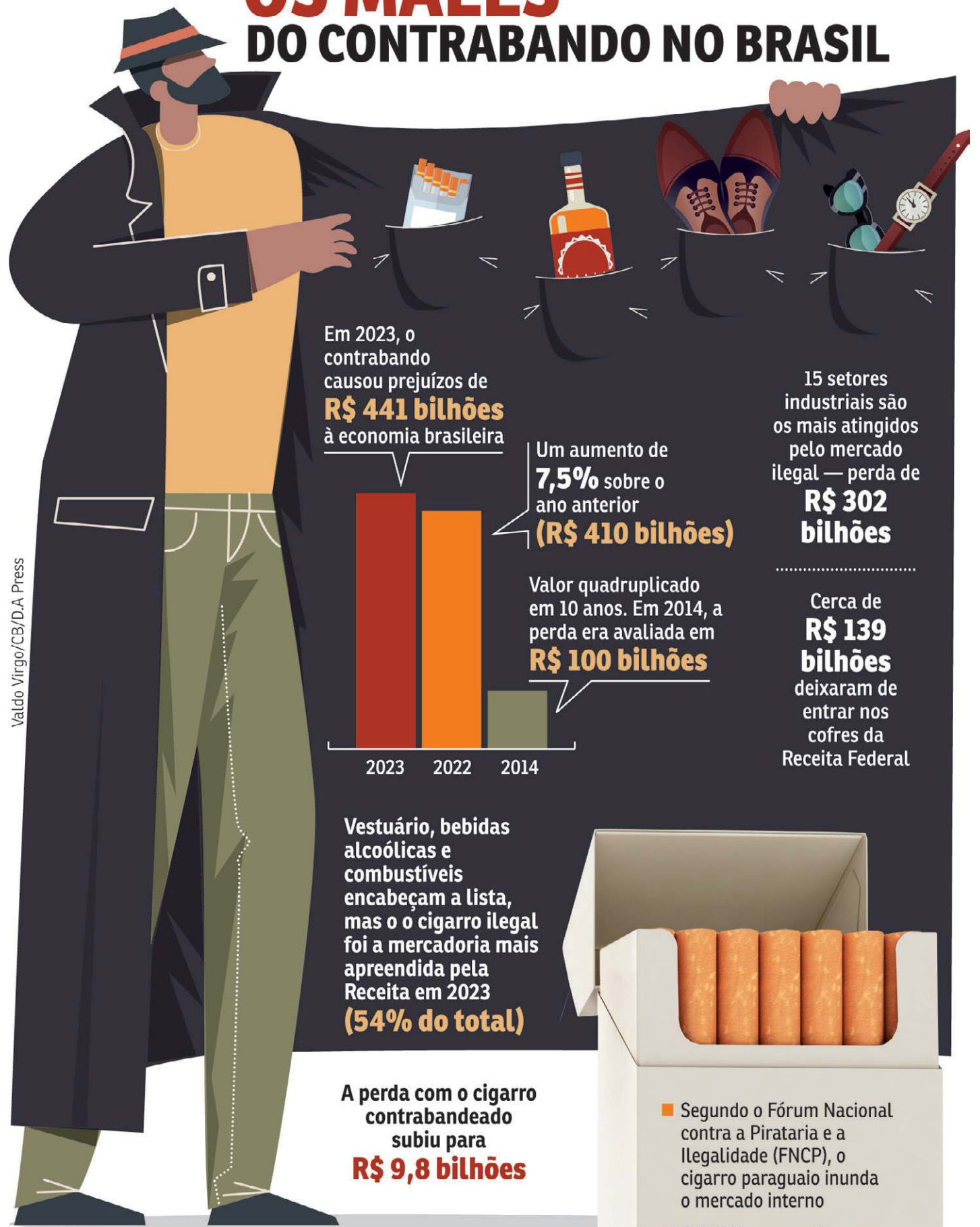
Entre a extensa lista de contrabandos e falsificações, o cigarro é a mercadoria mais apreendida pela Receita Federal — 54% de todos os produtos apreendidos entre janeiro e dezembro de 2023. Nas estimativas de prejuízos desse mercado criminoso não entra, por exemplo, o custo aos cofres públicos das atividades de combate pelas autoridades. Entre 2021 e 2023, a Polícia Federal fechou 24 fábricas clandestinas de cigarros.

Ainda em dados do Fisco, cerca de 600 mil

combater o crescimento das organizações criminosas e das milícias, que utilizam do mercado ilegal pra se financiar” convoca.

Para o presidente do FNCP o enfrentamento passa pela adoção de medidas sistemáticas e sistêmicas, de oferta e demanda. “Na oferta é repressão. Continuar incentivando e investindo em ações integradas e coordenadas

## OS MALES DO CONTRABANDO NO BRASIL



Valdo Virgny/CB/D.A. Press

## Revisão tributária abre janela para combater ilegalidade

A articulação de todos os esforços para o combate ao contrabando é de fundamental importância, defende Vismona. “Nós podemos estar perdendo o controle de vastas áreas do território brasileiro para o crime. Isso é inadmissível. Temos que articular todos os esforços de uma forma mais estratégica, prioritária, para

essencial para quebrar a lógica que fortalece a ilegalidade. “Vem daí a importância de não termos mais aumento de impostos. Se houver aumento de imposto, você aumenta a competitividade do ilegal. Porque ele não está recolhendo nada aos cofres públicos e cresce em cima da distorção de preço em relação ao legal”, conclui.

das forças de segurança e da Receita Federal, desde as fronteiras, portos e aeroportos, passando pelas rodovias até o comércio das cidades. Ou seja, uma ação sistêmica.”

Mas a repressão, isoladamente, não resolve o problema, de acordo com Vismona. É preciso diminuir a demanda e, nesse sentido, ele reforça que a questão tributária é